



Diciembre 2017 - ISSN: 1988-7833

HOSPITAL COLÔNIA ITAPUÃ Entre a Memória e o Esquecimento

Helena Thomassim Medeiros¹
Juliane Conceição Primon Serres²
Universidade Federal de Pelotas, Brasil
Helena_tm@outlook.com

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Helena Thomassim Medeiros y Juliane Conceição Primon Serres (2017): "Hospital Colônia Itapuã entre a memória e o esquecimento", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (octubre-diciembre 2017). En línea:
<http://www.eumed.net/rev/cccss/2017/04/hospital-colonia-itapua.html>

RESUMO

O presente artigo destina-se a uma revisão teórica dos conceitos de memória e esquecimento na formação de identidades e de mecanismos de legitimação pela qual sua transmissão é realizada. Utilizou-se para esta análise o Hospital Colônia Itapuã (HCI) e o Memorial HCI enquanto estudo de caso. Inaugurado em 1940, esta instituição surgiu com o intuito de isolar os pacientes atingidos pela hanseníase, sua estrutura arquitetônica assim como alguns pacientes, resistem até os dias de hoje. No ano de 2014 foi aberto um espaço de memória destinado a salvaguardar o acervo e as histórias construídas neste local. Busca-se aqui realizar uma reflexão sobre como memória e esquecimento estão presentes na situação atual do Hospital, que se encontra em estado de degradação de sua estrutura. Ao mesmo tempo em que visa representar o passado, através do Memorial, e que se faz presente nas lembranças das pessoas que tiveram suas trajetórias de vida afetadas por esta instituição.

Palavras-Chave: Memória. Esquecimento. Espaço de Memória. Hospital Colônia Itapuã. Memorial do Hospital Colônia Itapuã.

RESUMEN

El presente artículo se destina a una revisión teórica de los conceptos de memoria y olvido en la formación de identidades y de mecanismos de legitimación por la cual se realiza la transmisión. Se utilizó para este análisis el Hospital Colônia Itapuã (HCI) y el Memorial HCI como estudio de caso. Inaugurado en 1940, esta institución surgió con el propósito de aislar a los pacientes afectados por la hanseníasis, su estructura arquitectónica así como algunos pacientes resisten hasta los días de hoy. En el año 2014 se abrió un espacio de memoria destinado a salvaguardar el acervo y las historias deste espacio. Se busca aquí realizar una reflexión sobre cómo memoria y olvido están presentes en la situación actual del Hospital, que se encuentra en estado de degradación de su estructura. Al mismo tiempo que pretende representar el pasado, a través del Memorial, y que se hace presente en los recuerdos de las personas que tuvieron sus trayectorias de vida afectadas por esta institución.

Palabras-clave: Memoria. El olvido. Espacio de memoria. Hospital Colônia Itapuã. Memorial do Hospital Colônia Itapuã.

ABSTRACT

The present article aims to a theoretical revision of the concepts of memory and forgetfulness in the formation of identity and the mechanisms of legitimation in which by the transmission is made. It was used for this analyze the Hospital Colônia Itapuã (HCI) e o Memorial HCI as case study. Inaugurated in 1940, this institution was made with the intuit of isolating the leprosy affected patients, its

¹ Aluna do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL).

² Professora do Curso de Museologia e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL).

architectural structure, as some patients, remain nowadays. In the year of 2014 a space of memory was opened, aiming to safeguard the collection and the histories build in the place. It is the objective of the work to make a reflection upon how memory and forgetfulness are present in the present situation of the Hospital, which is in a state of degradation of its structures. At the same time in which aims to represent the past, by the memorial, and the memories of the persons that had their life's trajectory affected by the institution is made present.

Keywords: Memory. Forgetfulness. Space of Memory. Hospital Colônia Itapuã. Memorial do Hospital Colônia Itapuã.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo destina-se a uma discussão teórica sobre memória e esquecimento, a abordagem proposta busca fazer uma reflexão sobre como os conceitos de memória e esquecimento são presentes no momento vivido pelo Hospital Colônia Itapuã (HCI). Posto que, em 2014, foi construído um Memorial com o intuito de contar a história desta instituição. Observando que este espaço também se torna uma ferramenta de fortalecimento e legitimação deste local enquanto patrimônio.

O HCI surge com o intuito de abrigar portadores da doença hanseníase, também conhecida como lepra. Uma medida federal determinou a construção no País de uma série de hospitais colônia, isolando os enfermos da vida em sociedade. Este hospital foi uma das últimas instituições a ser construída. Inaugurado em 1940, sua estrutura arquitetônica consiste em uma pequena cidade – com igrejas, casas, escolas, cemitério, setor hospitalar, espaços de lazer, etc. Chegou a abrigar cerca de 2.474 (dois mil quatrocentos e setenta e quatro) pacientes com hanseníase, muitos chegaram ainda crianças, casaram, tiveram filhos e morreram na instituição. As crianças nascidas neste ambiente de reclusão eram retiradas de seus pais ao nascer e levados para o Amparo Santa Cruz, como consequência disso hoje alguns destes filhos pedem indenização pelos danos causados devido a este processo traumático.

Em 1941 foi descoberta a primeira medicação eficaz no combate à hanseníase, posto que os tratamentos foram difundidos nas décadas seguintes. Com o fim do internamento compulsório, abolido em 1954, ocasionou uma diminuição significativa do número de pacientes do HCI. Por este motivo, a partir de 1972 foram transferidos para a instituição pacientes provenientes do Hospital Psiquiátrico São Pedro, que na época sofria com a superlotação. Neste período teve início o Projeto do Centro Agrícola de Reabilitação (CAR).

Em 1999 passou a funcionar, nas dependências do HCI, o Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOPE), que buscou recolher, organizar, preservar, pesquisar e disseminar as informações produzidas pelo Hospital, utilizando como base seu acervo bidimensional (documentos institucionais, fotografias, material bibliográfico, etc.) e tridimensional (objetos). O projeto também visava o contato com os moradores do Hospital a fim de recolher informações através da metodologia de história oral. Contudo, seu funcionamento constante ocorreu de 1999 a 2001, após isto, passou por diversos períodos de fechamento.

Algumas exposições abordaram a trajetória do HCI. A primeira delas, "HCI – 60 Anos de História" de 2000, realizada de forma itinerante para marcar o aniversário da instituição, utilizando *banners* em um primeiro momento, foi produto do trabalho desenvolvido pelo CEDOPE, e inaugurada nas dependências do Hospital. Depois ocorreu "A História da Saúde Pública no Rio Grande do Sul sob a Ótica dos Hospitais Estaduais", no ano de 2007, que contava, através de *banners* a história dos hospitais estaduais, entre eles o HCI. Em 2012 o Museu da História da Medicina (MUHM) montou exposição "Da Lepre à Hanseníase", apresentando também acervo tridimensional, ela recebeu a visita de moradores da instituição. Em 2014 esta história foi o motivo da criação do Memorial HCI, que posteriormente participou da "V Mostra Museológica de História da Medicina" no ano de 2015.

O Memorial HCI foi montado nas dependências do Hospital Colônia Itapuã, em uma casa de dois andares e um sótão. Originalmente este espaço era a casa em que moravam as freiras responsáveis pela instituição. O trabalho de mediação e expografia é desenvolvido de forma voluntária por funcionários públicos que buscam preservar o acervo, em sua maioria, doado por pacientes. Ao longo dos dois andares de exposição encontram-se diversas narrativas, apresentadas através do uso da cenografia, objetos testemunho e textos expositivos. É importante ressaltar que esta é a única exposição em funcionamento, sendo de longa duração, dedicada exclusivamente a história do HCI e das pessoas que fizeram parte dela, abordando o contexto de sua construção, a vida dentro do Hospital, métodos de atendimento médico e especificidades desta trajetória.

O artigo busca apresentar brevemente o conceito do que seria a memória, apontando as ideias de autores como Bergson (1999), Halbwachs (1990) e Candau (2016), que a apresentam sob uma perspectiva filosófica, sociológica e antropológica, respectivamente. Considerando que a memória exige um trabalho de seleção, e deste modo, de esquecimento, a seguir aborda-se o que

seria a outra face desta moeda. Em um terceiro momento deste artigo, abarca-se mais especificamente sobre espaços de memória, destinados a serem os guardiões destas lembranças, cuja função também implícita escolha. Através do trabalho de seleção e legitimação, realizadas nestes locais, podemos perceber também os valores de uma sociedade. Pois eles visam representar o que seria socialmente mais importante de ser lembrado a partir da ótica de seus organizadores ou missão ao qual se propõe, formulando assim um discurso institucional. Nas considerações finais são apontadas conclusões quanto as reflexões propostas, abrangendo o que foi abordado ao longo do artigo.

2 CONCEITUANDO A MEMÓRIA

A memória é uma faculdade humana, um recurso cerebral conseguido através do aprendizado e da experiência, ela que nos possibilita o reconhecimento de lugares e signos, por exemplo, estando ligada a uma série de associações. Considerando que: “As memórias adquiridas em estado de alerta e com certa carga emocional ou afetiva são melhor lembradas que as memórias de fatos inexpressivos ou adquiridas em estado de sonolência.” (IZQUIERDO. 1989. p. 97). Poderíamos compreender a memória de duas maneiras: ela seria importante, consolidando-se por estar associada à nossa sobrevivência, e pela afetividade que evoca.

Para compreendermos o que seria a memória devemos perceber que o passado é evocado a partir do presente. Dentro desta perspectiva, para Bergson há, em todos os seres humanos, a memória em estado puro que poderia ser acionada à medida em que nos deparássemos com situações onde ela fosse necessária. Elaborando um exemplo da memória como um cone *ASB* sob uma plataforma *P*. Nele, *ASB* representariam todas as memórias acumuladas, *AB* seriam o passado, que não pode ser alterado, *S* seria a percepção que aciona estes signos de acordo com *P*, que seria o momento presente. Segundo Bosi (1985) na teoria bergsoniana a memória se distinguiria entre memória-hábito que é adquirida pela repetição e utilizada no presente em práticas cotidianas, e lembrança pura que “[...] atualizada na *imagem-lembrança*, traz à tona de consciência um momento único, singular [...]” (BOSI. 1985 p. 49). Observa-se que, segundo ele:

[...] o passado parece efetivamente armazenar-se, conforme havíamos previsto, sob essas duas formas extremas, de um lado os mecanismos motores que o utilizam, de outro as imagens-lembranças pessoais que desenham todos os acontecimentos dele com seu contorno, sua cor e seu lugar no tempo. (BERGSON. 1999. p. 97)

Enquanto para Bergson a memória seria individual e poderia ser recordada em seu estado puro, no pensamento de Halbwachas (1990) a memória estaria vinculada aos quadros sociais. Deste modo, a memória existiria a partir da relação com o outro, utilizando o termo memória coletiva, sendo a memória individual uma perspectiva dentro de uma memória coletiva, observando que:

As lembranças coletivas viriam aplicar-se sobre as lembranças individuais, e nos dariam assim sobre elas uma tomada mais cômoda e mais segura; mas será preciso então que as lembranças individuais estejam lá primeiramente, senão nossa memória funcionaria sem causa. (HALBWACHAS. 1990. p. 62)

Para Halbwachs, como a memória é atrelada aos quadros sociais aos quais pertencemos ela também poderia ser modificada por eles. As lembranças, mesmo que obtidas individualmente se fixam enquanto memória a partir de seu vínculo com os grupos sociais aos quais pertencemos, podendo também ser reformuladas através destas trocas. Deste modo:

[...] los recuerdos no son revividos sino reconstruídos. [...] Esta memoria colectiva, constituida por la presencia de los otros, es también una actualización y reconstrucción del pasado; el pasado entonces para Halbwachs nunca vuelve puro, sino que es modificado debido a la tensión que el presente genera sobre el acto de recordar. (COLACRAI. 2010. p. 67)

Percebe-se desta forma que: “A lembrança bergsoniana, enquanto conservação total do passado e sua ressurreição, só seria possível no caso (afinal, impossível) em que o adulto mantivesse intacto o sistema de representações, hábitos e relações sociais da sua infância.” (BOSI. 1985. p.55). Sendo assim, os quadros sociais aos quais pertencemos modificariam nossa forma de ver o mundo e recordar de experiências, que são reconstruídas e não revividas em estado puro.

Contudo, para Candau a memória seria organizada em protomemória, que seriam os hábitos realizados sem uma tomada de consciência; memória propriamente dita, que implicaria em recordações e reconhecimento; metamemória, que seria uma representação da memória, sua evocação. A memória seria individual, tendo em vista que cada ser é único e por isso não compartilhará as mesmas memórias, pois não entenderá o mundo do mesmo jeito. Sendo assim, poderíamos compreender a perspectiva de uma memória coletiva como uma retórica holista, visando a generalização de uma “memória comum”, sendo uma visão geral sem comprovação, que teria o intuito de agrupar. Tendo em vista que, mesmo em um grupo supostamente bem estruturado, não haveria homogeneidade.

Assim, a memória coletiva é pertinente enquanto uma generalização. Devemos tomar cuidado com a crença de que a memória seria uma “entidade” comum a um determinado grupo. Porém, com a finalidade de gerar e fortalecer uma identidade ela seria importante, sendo vista enquanto metamemória coletiva, ou seja, uma representação da memória, a crença de que um grupo recordaria do mesmo jeito.

A memória nos forma enquanto seres, pois somos aquilo que lembramos, sendo assim, ela também forma nossa identidade, pois nos constituímos de uma seleção de lembranças com as quais nos identificamos. O autor realiza uma associação entre os neurotransmissores e sociotransmissores. Considerando que os neurotransmissores são moléculas responsáveis pela comunicação no Sistema Nervoso, que originam a transmissão sináptica, proporcionando que um impulso nervoso seja passado para outra célula. Os sociotransmissores seriam as pessoas e mecanismos sociais responsáveis por fazer a ligação entre a memória e identidade em um determinado grupo social, construindo e reforçando uma narrativa, assim como as transmissões sinápticas. Segundo Candau (2011):

Se identidade, memória e patrimônio são “as três palavras-chave da consciência-contemporânea” – poderíamos, aliás, reduzir as duas se admitimos que o patrimônio é uma dimensão da memória –, é a memória, podemos afirmar, que vem fortalecer a identidade, tanto no nível individual quanto no coletivo: assim, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade. (CANDAU. 2011. p.16)

Considerando que o que lembramos está relacionado a uma construção cultural, poderíamos considerar os espaços de memória, como o Memorial HCI, uma ferramenta que visa a legitimação de uma memória, criando um discurso unificador de identidade social, sendo assim, um sociotransmissor. Todavia, o Hospital está em constante risco de esquecimento, sendo um local que foi cristalizado no tempo. Ao adentrar esta pequena cidade, voltamos a década de 1940, quando ela foi inaugurada. Entretanto, sua estrutura não parou seu processo de degradação e está sob o perigo do desaparecimento.

3 ESQUECIMENTO: Falha ou Essência da Memória

Considerando que lembramos o que é importante para nós ou a imagem com a qual uma sociedade quer se identificar, então, esquecemos aquilo que não gostamos, por acreditarmos que não nos trará benefícios. Mas ao esquecer nós realmente deixamos de recordar ou apenas colocamos aquela memória em um local distante de nossa própria consciência?

Kossaifi (2006) aborda o esquecimento através de Lethe, uma figura mitológica grega que representa o esquecimento. O rio de Lethe separaria o Tártaro e os Campos Elísios. Ela é uma figura ambígua, à medida em que representa a perda da memória, e por sua vez de uma consciência identitária, e a cura de doenças, por exemplo, pois ela protegeria os homens das “memórias do coração”.

Ao relatar em seu texto uma passagem da Odisseia, na qual há um encontro com os comedores do Lótus, a autora comenta que ao comer desta – que seria o fruto de Lethe – perde-se a memória do passado, sofrimentos e responsabilidades. Este trecho trouxe-me a reflexão de que talvez, a memória poderia ser compreendida como algo que nos prende a convenções e pensamentos; o esquecimento seria a libertação destes padrões. Creio que poderíamos compreender o *consciente* enquanto memória e o *subconsciente* como esquecimento.

A água de Lethe deve ser bebida pelo morto afim de esquecer sua vida terrena. A autora comenta que para Platão se não esquecemos não temos como lembrar, seguindo a lógica da trilogia Mnemosyne - Lethe – Anamnese, que seriam a memória, o esquecimento e a reminiscência, recordação. Caso analisemos enquanto consciente e subconsciente, se não acessamos um mundo subconsciente, não entenderemos a lógica da consciente, seria pensar, abstrair os sentidos, para

compreender o mundo real. Como memória e esquecimento, a lembrança é formada de escolhas, seleção entre o que esquecer e o que rememorar, assim esquecer nos possibilita lembrar.

A autora conclui seu texto dizendo que apesar de ser considerado um fracasso da consciência, o esquecimento tem o poder de suavizar lembranças dolorosas, possibilitar o auto esquecimento, a busca filosófica por *aletheia*, considerando que ele seria essencial pois: “[...] l’oubli n’est pas seulement bienfaisant, il est proprement essentiel à l’homme, aussi inhérent à sa nature que la mort à la vie.” (KOSSAIFI. 2006. doc. eletr. Grifo da autora)

O HCI representa uma memória traumática, mas quando me refiro a este trauma não estou falando especificamente de seus moradores, mas sim da sociedade. O medo da hanseníase, o peso de enviar, denunciar e excluir outros membros, a caça ao leproso que se fez durante este momento histórico do Brasil. Esta é a memória traumática representada por este Hospital e a qual a sociedade quer esquecer, usando como mecanismos para este esquecimento o descaso e a degradação. Vale lembrar também que, apesar de oficialmente o fim do internamento compulsório datar de 1954, houveram casos de pessoas que foram levadas para os hospitais colônia até as décadas de 1980 e 1990. Sendo que a Lei nº 11.520 de 18 de setembro de 2007 prevê o direito a pensão especial para pessoas atingidas pela hanseníase, que foram isoladas e internadas compulsoriamente em hospitais colônia até 31 de dezembro de 1986.

Pollak (1989) apresenta três exemplos que abordam memórias que não foram contempladas em um discurso oficial, trazendo reflexões quanto ao esquecimento. O primeiro exemplo é o processo de desestalinização, que revelava denúncias sobre os crimes estalinistas, transformando a imagem anteriormente formada de Stalin pai dos pobres. O segundo exemplo são os sobreviventes dos campos de concentração que retornaram para a Áustria e Alemanha. O autor aponta que “Seu silêncio sobre o passado está ligado em primeiro lugar à necessidade de encontrar um *modus vivendi* [...]” (POLLAK. 1989. p. 05). Neste caso o “esquecimento” é uma ferramenta de inserção social, pois sem ele não haveria como retomar a vida comum. Contudo, muitos anos depois este silêncio é abandonado, em parte pelo medo de que estas histórias de vida fossem perdidas, enfrentando uma luta contra o esquecimento. O terceiro exemplo faz uso da história dos soldados alsacianos e lorenos que foram recrutados à força para lutar ao lado do regime nazista na Segunda Guerra, mostrando que: “[...] uma situação ambígua e passível de gerar mal-entendidos pode, ela também, levar ao silêncio antes de produzir o ressentimento que está na origem das reivindicações e contestações inesperadas.” (POLLAK. 1989. p. 07). Desta forma: “A memória subterrânea dos recrutados a força alsacianos toma a dianteira e se crige então contra aqueles que tentaram forjar um mito, a fim de eliminar o estigma da vergonha [...]” (POLLAK. 1989. p. 07). Deste modo, o autor aponta que:

[...] esses exemplos têm em comum o fato de testemunharem a vivacidade das lembranças individuais e de grupos durante dezenas de anos, e até mesmo séculos. Opondo-se à mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política. Essas lembranças proibidas (caso dos crimes estalinistas), indizíveis (caso dos deportados) ou vergonhosas (caso dos recrutados à força) são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante. (POLLAK. 1989. p.08)

Traçando um paralelo associando estes três exemplos ao caso do HCI, o primeiro exemplo pode ser entendido pela falta de incentivo governamental afim de esquecer um espaço, antes de interesse público para segregar as pessoas com hanseníase, que hoje é uma vergonha governamental. Posto que, não se quer registrada em nossa história oficial momentos como os quais os hospitais colônia representam, onde o medo coletivo trancafiou crianças e adultos, os escondeu e os esqueceu em instituições isoladas. O segundo exemplo é também visto no HCI, no momento em que os pacientes deixam o Hospital, muitos realizam este processo de silêncio quanto ao seu passado, para preservar um *modus vivendi* e se reinserir na sociedade. Contudo, é necessário que estas lembranças indizíveis sejam parte da construção da nossa história e que sejam parte de uma luta contra o esquecimento. Creio que ao comparar o terceiro exemplo trazido por Pollak (1989) com a situação do HCI, esta representaria a inexistência de uma única versão dos fatos. Considerando que o Hospital representa um espaço de reclusão e retirado de direitos dos seus pacientes, posto que eles eram obrigados a viver neste local, longe de suas comunidades e relações sociais de origem, e que seu direito de construir ali um lar e uma família também lhes foi negado, já que as crianças que nasciam eram retiradas de seus pais. Sendo assim, esta memória contrapõe-se a um discurso oficial

que legitima tais atos com o objetivo de preservar a saúde da população e até mesmo destes filhos, que eram retirados afim de evitar o contágio da doença.

O autor observa que: “[...] um passado que permanece mudo é muitas vezes menos o produto do esquecimento do que de um trabalho de gestão da memória segundo as possibilidades de comunicação.” (POLLAK. 1989. p.11). Sendo assim, há necessidade de um espaço que possibilite a escuta destas diversas memórias e formas que possibilitem captar não apenas um discurso oficial, mas as diversas possibilidades que a interação humana pode trazer.

Hyussen (2014) aborda dois exemplos sobre as disputas de memória, apresentando a questão das “Mães da Praça de Maio”, movimento promovido pelas mães de pessoas que desapareceram durante o regime militar. O segundo exemplo fala sobre as destruições causadas por bombardeios a cidades e civis da Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial. No primeiro caso o esquecimento se dá na perspectiva de omissão do papel destes filhos desaparecidos em movimentos de guerrilha armada, a fim de gerar uma unidade a esta luta e maior empatia das camadas sociais. O segundo exemplo levanta a necessidade de se “esquecer” a destruição das cidades alemãs para a legitimação de uma causa e o combate a um regime. Desta forma o autor faz: “[...] uma defesa histórica do esquecimento público – não num sentido abstrato ou geral, sem dúvida, mas em relação a situações concretas em que o esquecimento público revelou-se constitutivo de um discurso politicamente desejável da memória.” (HYUSSEN. 2014. p. 160). Considerando que:

[...] como na Argentina, o esquecimento público na Alemanha, naqueles primeiros tempos, ficou a serviço de uma política da memória que, em última instância, pode forjar um novo consenso nacional, aceitando a responsabilidade pelos crimes de um regime anterior. (HUYSEN, 2014 p.174).

Seria necessário compreender a conjuntura na qual estes esquecimentos foram forjados para perceber sua necessidade, pois uma leitura simplista poderia implicar em ideias errôneas. Contudo, no final de seu texto o autor alerta para um novo risco que é o esgotamento, posto que: “Um discurso público onipresente e até excessivo da memória, somado a sua comercialização em massa, pode gerar outra forma de esquecimento, um olvido por exaustão [...]” (HYUSSEN. 2014. p. 174). Estes são exemplos de que a memória é também um trabalho de esquecimento a medida em que para se legitimar algo é necessário “esconder” outros aspectos divergentes.

Com o intuito de justificar nossas ações e escolhas, formulamos diariamente um discurso – para nós e para nossa representação social –, com o qual nos identificamos e sabemos quem somos. Se pensarmos que este ato só é possível a medida em que fazemos opções entre o que lembrar e o que esquecer, ou melhor, entre o que acreditamos ser mais vantajoso para nos representar socialmente, percebemos que na mesma se dá o discurso oficial de uma memória.

A memória, que é uma representação do passado feita em nosso presente, é organizada por escolhas, afim de gerar um discurso unificador e formador de identidade, nesta relação há disputas políticas, memórias dos dominantes e dos oprimidos, entre outros embates. Desta forma o ato de lembrar significa ao mesmo tempo esquecer, pois para formar uma memória-identidade necessitamos esquecer aspectos que não sejam coesos com a imagem desejada. As reivindicações de “memórias esquecidas” são necessárias para que saibamos que não há uma visão homogênea do mundo e que as diferentes perspectivas nos mostram diversas verdades, ampliando a visão da humanidade.

O esquecimento pode ser considerado algo ruim ou uma falha, a medida em que pode nos oportunizar uma “verdade momentânea”? O ato de esquecer tem relação com o ato de lembrar, pois escolhemos uma visão e legitimamos ela, quando esquecemos de algo para fortalece-la e lembramos de algo que a corrobore. Desta forma, poderíamos dizer que o esquecimento deixa de ser um defeito da memória para se tornar sua essência, a medida em que dele são extraídas nossas verdades.

4 ESPAÇOS DE MEMÓRIA

Os espaços de memória poderiam estar entre a memória e o esquecimento, sendo cenários de seleção entre o que lembramos e esquecemos, pois, sua presença é resultado de um esforço para buscar uma identidade social, com a finalidade de gerar coesão. Considerando que esta memória social, capaz de representar um grupo existiria apenas enquanto uma retórica holista, nem todas as perspectivas seriam englobadas. Sendo assim, muitas vezes os espaços de memória – como museus, memoriais, monumentos, arquivos, entre outros – apresentariam uma versão da história voltada para uma perspectiva dos grupos dominantes, construindo uma narrativa que não é imparcial, sendo parte de disputas de poder. Quase como se os espaços de memória fossem medidas para a

demarcação de um território, visando legitimar uma representação dos fatos. Schindel (2009) aborda esta demarcação apontando que:

[...] esas prácticas cristalizan los modos que se va dando la sociedad de recordar y elaborar el pasado, combinando la necesidad privada e individual de homenajear a las víctimas con la aspiración colectiva de narrar la historia y plasmarla en el espacio público. Estos esfuerzos pueden definirse como procesos de “memorialización” y como tales deben distinguirse del simple ejercicio de la memoria: la facultad psíquica de recordar. La memorialización implica un impulso activo y una voluntad de incidencia política y a diferencia de la memoria [...] (SCHIDEL. 2009. p. 66-67)

Percebe-se estes espaços de memória como parte deste processo de memorialização, que objetiva legitimar um passado, tendo em vista que “[...] o passado presentifica-se em um gesto, em uma reminiscência ou lembrança que eclode na releitura de um mito, na presença de um objeto que nos evoca um tempo que já não é o nosso mas que contribuiu de modo efetivo para que sejamos o que somos.” (ROSÁRIO. 2002. p. 04). Deste modo, quando escolhemos um local, uma versão da história, estamos também formulando identidades e criando uma representação do passado que poderá ser perpetuada como base para o futuro.

O HCI é um local que pode ser compreendido como um lugar de memória, conceito de Pierre Nora que apresenta a ideia de que:

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional simultaneamente, somente em graus diferentes. [...] É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólico por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por um pequeno número uma maioria que deles não participou. (NORA. 1993. p. 21-22)

Sendo assim, este lugar é formado pela vivência e lembrança de muitas pessoas, possuindo outro elemento descrito por Nora ao falar de lugar de memória e que se reflete no ambiente do Hospital, posto que:

[...] a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, é fixar um estado das coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para [...] prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações. (NORA. 1993. p. 22)

Porém, em 2014, com a criação do Memorial HCI surge uma perspectiva de ver este local também como um espaço de memória que entraria nesta lógica de memorialização. Contudo, não há investimento público para a manutenção da estrutura do próprio Hospital. Este espaço, que marcou a trajetória de vida de milhares de pessoas, está se deteriorando. Talvez esta falta de interesse na conservação seja de origem político, posto que ele é testemunho de medidas que levaram a exclusão social de pessoas pelo simples fato de elas estarem doentes. Schindel (2009) fala sobre os processos de memorialização em locais que foram símbolos de ditaduras na América Latina e diz que:

La gran cantidad de lugares que contienen huellas invalorable de los crímenes y aún permanecen vedados al público informan sobre una cierta configuración de las relaciones de poder entre los actores implicados en esos crímenes, el Estado y la sociedad civil. (SCHINDEL. 2009. p. 76)

Contudo, a criação do Memorial demonstra que há interesse em que esta memória seja preservada, considerando que:

O museu, templo das Musas, era originariamente não apenas sua moradia, mas o lugar de adestramento das artes, onde o conhecimento adquirido, ao ser lembrado, permite estabelecer um nexos com o conhecimento novo. Assim, a Memória é não apenas importante para a retenção do conhecimento, mas fundamental para a elaboração do conhecimento científico, tecnológico e filosófico. Sem a memória que permita a presentificação do conhecimento não há o passo adiante. (ROSÁRIO. 2002. p. 05)

Uma exposição é uma forma de representar uma história, é a organização, na maioria das vezes, material de uma série de fatos e memórias, cujo intuito é o de que sejam transmitidos ao público. Ela é a forma de comunicação entre o espaço museal e a sociedade a qual esta instituição serve. Deve-se levar em conta que a mensagem que se objetiva transmitir depende de uma relação entre transmissor/receptor, tendo em vista que não há neutralidade, pois: “A memória ao mesmo tempo que nos modela é por nós modelada.” (CANDAU. 2011. p.16). Considerando isto, uma exposição é formada e formadora de memórias.

Em alguns casos as exposições tentam apresentar uma ordem linear dos fatos, para facilitar a compreensão do visitante, com uma representação do passado alimentada pela subjetividade, afim de trazer o fator emocional à narrativa expográfica. A exposição, assim como a memória que: “(...) introduz o passado no presente sem modifica-lo, mas necessariamente *atualizando-o* (...)” (SEIXAS. 2001. p. 50. Grifo do autor), pode contribuir com diferentes formas de analisar e apresentar a história. Deste modo “(...) a memória tem um destino prático, realiza a síntese do passado e do presente visando o futuro (...)” (SEIXAS. 2001. p. 53).

Ao analisar o Memorial do HCI deve-se ter em conta que a narrativa expográfica é construída por pessoas que possuem sua própria carga de subjetividade, e isso pode ser um importante fator na escolha dos elementos que compõe a exposição, considerando que: “Asociadas a los sitios de memoria coexisten narrativas plurales para dar cuenta del pasado a recordar, y esas versiones diversas compiten entre sí a la hora de establecer o, en el mejor de los casos, consensuar qué y cómo relatar de pasado.” (SCHINDEL. 2009. p. 69). Sendo assim, ampliar a visão de uma determinada trajetória pode contribuir na criação de uma expografia que represente melhor a memória e a perspectiva de um grupo.

O ato de analisar uma representação – a exposição do Memorial HCI – tem por intuito, além de uma análise técnica, fortalecer a identidade e a história apresentadas por este espaço, cujos elementos expográficos objetivam narrar. Desta forma, a memória se faz essencial, pois é formadora de identidade, perpassando em todos os processos expográficos, desde a montagem até a percepção que o público irá obter. Ela representa uma dança entre o que é real e o que tornamos real.

Talvez este mesmo exercício de oposição à uma história oficial quando institucionalizada, na forma de espaços de memória, possa acabar, através da seleção inevitável de memórias, apresentando um discurso que tente ser unificador e volte a representar uma visão restrita. Porém, é importante essa tentativa de visibilizar o excluído, representado no HCI por pacientes, para diversificarmos as versões existentes e buscarmos problematizar o passado, desta forma refletindo sobre nossas bases identitárias e percebendo as medidas tomadas no presente, que construirão o futuro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a memória se dá no presente, posto que poderia ser reconstruída de acordo com os valores de uma sociedade, o esquecimento não parece algo impensado ou inevitável em todas as instancias sociais.

Precisamos esquecer a medida em que desejamos continuar tendo lembranças, pois a memória representa um trabalho de seleção e construção de uma imagem com a qual nos identificamos, seja ela individual ou enquanto sociedade.

A memória de fato existe ou ela é uma imagem em quem deseja-se acreditar? O esquecimento poderia ser mais real do que a lembrança, pois ao reconstruir o passado, neste trabalho de memória modificamos ele, enquanto o esquecimento o torna intacto. Existiria apenas o esquecimento, um fim inevitável, a memória seria um resquício do apego com o passado, sendo uma representação idealizada do mesmo.

Se pudéssemos lembrar de tudo, de fato lembraríamos de algo? À medida em que, se lembrássemos de tudo poderíamos enxergar o mundo em uma ampla perspectiva, isso poderia nos trazer mais dúvidas do que certezas. O esquecimento é a eleição do que lembrar, a partir destas

escolhas criamos nossa memória e nossa verdade. Sendo assim, esta seleção do que esquecer também acaba por formar a nossa identidade.

Ponderando que o esquecimento, subconsciente, de fato existe e é sua existência que traz à tona a necessidade de uma memória, consciente. Considerando que o subconsciente seria esta representação mais natural e animalesca do ser humano, o consciente seria a representação dos nossos padrões e pressões sociais, as quais nós, enquanto sociedade, criamos. Desta forma, o esquecimento seria intrínseco ao homem, enquanto a memória seria um trabalho de construção e reconstrução constante.

A memória é um trabalho de reconstrução do passado evocado e percebido de acordo com um contexto presente. O esquecimento é uma constante a qual não conseguimos evitar, à medida em que para legitimar uma lembrança deixamos de lado outras perspectivas. Os espaços de memória por sua vez poderiam ser ambientes diferenciados, visando apresentar perspectivas negligenciadas pela história oficial. Contudo, a representação de uma memória por si só é a legitimação de uma série de signos intrincados em uma identidade construída por disputas de poder. Este aspecto, ainda assim, não desmerece os esforços do Memorial HCl, por exemplo, que de certa forma, vai contra uma vontade política de esquecer esta instituição para que o passado de segregação que ela representa não seja mais lembrado. Todavia, se este espaço de memória irá representar o HCl e as trajetórias de vidas que foram afetadas por este local, devemos refletir quanto ao trabalho que vem sendo realizado.

Conclui-se com este artigo que a memória, enquanto esforço de rememoração, está intimamente ligada ao esquecimento, que possibilita a convicção em uma lembrança a medida em que a torna o único mecanismo de reconstrução do passado. Os espaços de memória buscam a legitimação de um discurso ao mesmo tempo em que podem ser ferramentas para sua desconstrução. Seu maior atributo seria a possibilidade de suscitar a reflexão sobre o passado a medida em que as memórias subterrâneas podem também emergir em contraposição a um discurso oficial.

REFERÊNCIAS

BERGSON, Henri. *Matéria e Memória*: Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução de: Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes. 1999. p. 59-107.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*: Lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras. 1985. p. 37-70.

BRASIL. Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007. Dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios. Conversão da Medida Provisória nº373, de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 de setembro de 2007. Seção 1. p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11520.htm>. Acesso em: 18 de ago. 2017.

CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. Tradução de: Maria Letícia Ferreira. 1ed., 3º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016, 224 p.

COLACRAI, Pablo. Releyendo a Maurice Halbwachs: Una revisión del concepto de memoria colectiva. In: *La Trama de la Comunicación*. Volumen 14. UNR Editora. 2010. p. 63-73.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de: Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vertice. 1990. 190 p.

HUYSEN, Andreas. Resistência à memória: usos e abusos do esquecimento público. In: HUYSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente*: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto. 2014. p. 155-175.

IZQUIERDO, Ivan. Memórias. In: *Estudos históricos*[online]. 1989, vol.3, n.6, p. 89-112. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v3n6/v3n6a06.pdf>>. Acesso em: 20 de jul. 2017.

KOSSAIFI, Christine, L'oubli peut-il être bénéfique? L'exemple du mythe de Léthé: une fine intuition des Grecs. In: *Revista ¿Interrogations?*. N°3. L'oubli, décembre 2006 [enligne]. Disponível em: <<http://www.revue-interrogations.org/L-oubli-peut-il-etre-benefique-L>>. Acesso em: 01 de jun. de 2017.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. Tradução de: Yara Aun Khoury. In: *Projeto História* - Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História. nº 10. 1.ed. Educ – Editora da PUC-SP. São Paulo. 1993. p. 07-28. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>>. Acesso em: 10 de jun. 2017.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, silêncio. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 01 de jun. de 2017.

ROSÁRIO, Claudia Cerqueira do. O lugar mítico da memória. In: *Morpheus* – Revista Eletrônica em Ciências Humanas. Ano 1, n.1. 2002. Disponível em: <<http://www4.unirio.br/morpheusonline/Numero01-2000/claudiarosario.htm>>. Acesso em: 18 de ago. 2017.

SCHINDEL, Estela. Inscribir el pasado en el presente: memoria y espacio urbano. In: *Política y Cultura*. n. 31. 2009. p. 65-87.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Maria Stella; NAXARA, Márcia. (orgs.). *Memória e (res)sentimentos*. Campinas: Unicamp, 2001.